

CONSTITUINTE

AVE P-6

Sistematização mantém unicidade para a organização sindical

GAZETA MERCANTIL

16 OUT 1987

por Andrew Greenlees
de Brasília

A Comissão de Sistematização da Constituinte aprovou ontem por 63 votos a 19 a manutenção da unicidade para a organização sindical brasileira. A decisão significa que somente poderá existir uma entidade representativa dos trabalhadores de uma determinada categoria profissional em cada base territorial.

Numa das sessões mais tumultuadas da comissão até o momento, acabou prevalecendo a emenda assinada pelo deputado Geraldo Campos (PMDB-DF). Em votação anterior, cinco parlamentares apoiaram e 83 parlamentares rejeitaram emenda do deputado Luís Ignácio Lula da Silva (PT-SP) favorável à pluralidade sindical, princípio que estabelece número ilimitado de sindicatos por categoria.

Ao defender a unicidade, o deputado Mário Lima (PMDB-BA), relator da subcomissão que tratou dos direitos trabalhistas, alertou para a "pulverização" do movimento sindical no caso de se abrir a formação de entidades. "A pluralidade leva à partidização dos sindicatos", acrescentou o deputado Roberto Freire, do PCB. "Cada partido tem seu sindicato e abre-se a porta para a divisão, enquanto o patronato fica unido." Ainda na opinião de Freire, surgiriam as organizações por empresa, acentuando a pulverização a que se referia Mário Lima.

"Unidade política é dever dos trabalhadores e não pode ser imposta pelo estado", argumentou, por sua vez, o deputado José Genoino, do PT, partido que vem defendendo sistematicamente a mudança do modelo sindical brasileiro.

Contra a pluralidade, no entanto, levantaram-se os

Preocupações com o ritmo

por Andrew Greenlees
de Brasília

A proposta do relator Bernardo Cabral no sentido de se reduzirem os pedidos de votação em separado de emendas, para agilizar a votação de seu anteprojeto, será testada nesta segunda-feira.

Reunidos ontem à tarde, os líderes partidários decidiram fazer uma experiência sobre a viabilidade de os constituintes aterem-se apenas às teses que considerarem prioritárias. Segundo o líder interino do PMDB, deputado Euclides Scalco, o objetivo é votar cerca de 10% dos pedidos de destaque, eliminando o restante.

Caso a tentativa dê resultados e os partidos concordem, o mecanismo será instituído. Pela proposta de Cabral, os partidos com mais de cinquenta parlamentares teriam direito a dois destaques por membro da Comissão de Sistematização, enquanto os menores (menos de cinquenta membros) ficariam com três destaques cada um. Os cálculos do relator indicam que seriam apre-

ciadas 206 emendas, ao invés das mais de 7 mil ainda restantes.

Na sessão de ontem, diversos constituintes, inclusive o líder do governo na Câmara, deputado Carlos Sant'Anna, criticaram a idéia de Cabral, considerando-a restritiva aos direitos dos parlamentares. O presidente da Constituinte, deputado Ulysses Guimarães, repetiu ontem, em conversa com os vice-líderes do PMDB, sua preocupação com o ritmo dos trabalhos da sistematização. Segundo relata o repórter Edson Beú, deste jornal, Ulysses (presidente-interino da República) apresentou quatro alternativas para acelerar o processo: reduzir os destaques; promover o funcionamento simultâneo da sistematização e da Constituinte como um todo, que passaria a analisar imediatamente o texto já aprovado na comissão; continuar o cronograma normalmente, até o próximo dia 28, e depois enviar a plenário o projeto da forma que estiver votado naquele momento; ou ainda, na hipótese menos recomendada conforme Ulysses, adiar os prazos novamente.

partidos comunistas e a maior parte das demais siglas. No PFL, por exemplo, um dos raros defensores da emenda de Lula foi o senador Carlos Chiarelli, que lembrou o fato de a Câmara dos Deputados ter aprovado a Convenção 87 da Organização Internacional do Trabalho (OIT), favorável à livre formação dos sindicatos.

O embate na esquerda centrou a discussão e recebeu o bem humorado comentário da deputada Sandra Cavalcanti, do PFL do Rio de Janeiro: "Hoje, o bolo é do lado de lá". A irritação ficou por conta do presidente da Central Única dos Trabalhadores (CUT), Jair Meneguelli, para quem "manteve-se a estrutura fascista" da organização sindical brasileira.

O presidente da Confederação Geral dos Trabalhadores (CGT), Joaquim dos Santos Andrade, preferiu argumentar que foi atendido o desejo de "95% do movimento sindical". Do lado empresarial, o presidente da Confederação Nacional da Indústria (CNI), senador Albano Franco, apoiou a unicidade.

A emenda da unicidade, inspirada pelo Departamento Intersindical de Apoio Parlamentar (DIAP), substituiu o artigo 9º do projeto do relator Bernardo Cabral, que previa o meio termo entre as propostas defendidas ontem. O texto de Cabral previa número ilimitado de entidades, mas estabelecia que apenas uma por categoria, escolhida conforme a legislação ordinária, assumiria a função de repre-

sentar os profissionais nas negociações de convenções coletivas.

"É vedado ao poder público qualquer interferência na organização sindical e a lei não poderá exigir a autorização do Estado para a fundação de sindicato", estabelece ainda o texto aprovado.

Outra derrota do PT: foram mantidas as federações e confederações de trabalhadores, inviabilizando, tecnicamente, a existência das centrais sindicais. Mesmo que continuem a existir, a interpretação do artigo constitucional ("Não será constituída mais de uma organização sindical, em qualquer grau.") poderá apontar para a fusão das atuais centrais, CUT, CGT e União Sindical Independente (USI).